

**GLOBALIZAÇÃO E FRAGMENTAÇÃO: AGRICULTURA CIENTÍFICA EM
FORMOSA DO RIO PRETO – BAHIA**

Willian Guedes M. D. Menezes

Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)

E-mail: guedesmacaubas@yahoo.com.br

RESUMO

Este artigo tem como objetivo principal discutir a tendência a fragmentação dos territórios dominados por uma agricultura científica globalizada. O foco do texto será na relação entre globalização e fragmentação, prioritariamente em seus pressupostos teóricos, demonstrando que em regiões de uma agricultura moderna forma-se arranjos organizacionais que ao promoverem solidariedades organizacionais desarticulam as antigas solidariedades orgânicas, resultando em processos de fragmentações. A presente discussão é uma tentativa de expor parte das reflexões de nossa dissertação de mestrado, apresentada no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia, ocorrido em maio de 2014. A área de pesquisa foi o município de Formosa do Rio Preto – Bahia, atualmente o quinto maior produtor de soja do país. Sendo assim, a reflexão proposta aqui está sustentada com alguns dados da reestruturação produtiva da agricultura neste município.

PALAVRAS-CHAVE: globalização, fragmentação, agricultura científica globalizada.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo principal discutir como os territórios dominados por uma agricultura científica se fragmentam em virtude do atual processo de globalização da economia, que atinge profundamente esta atividade.

A globalização que marca o atual período histórico é caracterizada pela integração do mundo, principalmente pela economia, criando um mercado global e também uma mais-valia globalizada. Tal unificação passou a orientar as mais diversas atividades econômicas, não sendo diferente para a atividade agrícola. A modernização da agricultura, ocorrida na segunda metade do século XX, está diretamente associada as dinâmicas da globalização. Analisando estas dinâmicas, do ponto de vista do fenômeno da técnica, problemática que interessa a geografia, tem-se que o atual período é marcado por um conjunto de técnicas hegemônicas cujo alcance é todo o planeta. Deste ponto de vista, surge algo novo na história do homem e na história da técnica: uma própria unidade da técnica. Esta nova família de técnicas, comandada pela informação, promove simultaneidade das ações a nível mundial.

Paralelo a este processo de aproximação e unificação das diferentes parte do mundo há um intenso processo de fragmentação sobre os territórios e sociedades. Ou melhor, esta fragmentação a que refere o texto é em consequência das dinâmicas da globalização. Uma contradição produzida pelo atual estágio de globalização da economia, ou seja, mais uma contradição do capitalismo.

A tentativa neste texto é demonstrar que ambos os processos, globalização e fragmentação, guardam relações entre si. Para auxiliar a análise, este estudo faz uma breve reflexão da trama espacial que envolve a introdução e expansão do agronegócio no município de Formosa do Rio Preto – Bahia. Sobre os efeitos da globalização, se por um lado os territórios passam por unificações e numa dada perspectiva corresponde há integrações, por outro são acometidos por processos de fragmentações. Isso porque o que ocorre é um processo de unificação e não de união (SANTOS, 2003).

GLOBALIZAÇÃO E FRAGMENTAÇÃO

Entender a relação entre os processos de globalização e fragmentação sobre o prisma do uso do território consiste em analisar uma problemática contraditória. É o que demonstra Pereira (2006) em seu estudo do território sob o “efeito modernizador”:

No atual período histórico, os territórios se apresentam de uma forma integrada, própria do processo de globalização vigente, o que indica uma complementaridade e interdependência funcional dos lugares, sobretudo no que tange às estratégias de mercado e mesmo da organização do território para seu funcionamento. Ao mesmo tempo, o território também possui um caráter fragmentário, visto que o espaço geográfico apresenta diferentes densidades materiais, de uso e valores também distintos. É assim que os lugares se diferenciam, segundo suas lógicas de funcionamento e suas diferentes inserções no processo de uso econômico do território. Pereira (2006, p. 63).

A globalização representa um processo dinamizador e central na definição do atual período histórico e por conseguinte na reorganização do espaço geográfico. O debate sobre a natureza, significado, implicações e até mesmo sua temporalidade gera um vasto debate realizado por inúmeras áreas do conhecimento. Mas em torno deste importante processo recai ambiguidades e armadilhas teóricas, exigindo, deste modo, prudência em seu uso e uma correta definição do seu entendimento.

Com relação ao processo global em questão, será pontuado, a seguir, a filiação deste texto. Conforme escreveu Santos (2002), a geografia brasileira foi pioneira na análise deste novo período¹. Para Santos (2008, p. 4), “a globalização constitui o estágio supremo da internacionalização, a amplificação em ‘sistema-mundo’ de todos os lugares e de todos os indivíduos, embora em graus diversos”. Harvey (2009, p. 88) entende “o processo de globalização como um processo de produção de desenvolvimento temporal e geográfico desigual”.

Apesar de alguns autores considerarem o movimento da globalização a partir da expansão das grandes navegações europeias, ocorrida em fins do século XV, é só na segunda metade do século XX que se pode falar em uma globalização no sentido de uma integração entre os países. Pois é a partir deste período que se constrói uma técnica e uma política planetárias. Como também serão globais os atores hegemônicos e as relações econômicas.

Em se tratando da geografia, a expressão espacial correspondente a este período é o meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2006). Agora, a informação passa a ser o recurso mais cobiçado e determinante. O que exige do território um papel primordial na circulação da informação. Nada acontece fora do espaço, sobretudo agora que os fluxos, cada dia mais numerosos e intensos, passam a exigir um maior número de fixos sobre o espaço. Estes fixos, ao serem geograficizados, passam a constituir o próprio território e mantém uma relação dialética com os fluxos. Para Santos (2009),

[...] a geograficidade se impõe como condição histórica, na medida em que nada considerado essencial hoje se faz no mundo que não seja a partir do conhecimento do que é o Território. O Território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. A Geografia passa a ser aquela disciplina tornada mais capaz de mostrar os dramas do mundo, da nação, do lugar. Santos (2009, p. 7)

A globalização imposta pelos agentes hegemônicos não prega a cooperação fraterna entre as pessoas ou entre os lugares, mas um sistema baseado na dominação e hierarquização, o que resulta em desigualdade e na fragmentação da sociedade e do território. O período atual é, portanto, baseado e produtor de conflitos. “Com tais desígnios, o que globaliza falsifica, corrompe, desequilibra, destrói”, afirma Santos (2008, p. 33).

O presente estudo, ao tratar de globalização e fragmentação, está reportando a uma geografia da desigualdade, assim como expôs Souza (2002, p. 21): “os processos de globalização e fragmentação implicam territórios diversos que se constituem, especialmente neste fim de século, em geografias da desigualdade”. Assim, o uso que se fará aqui da palavra fragmentação remete a desigualdades provocadas pelo processo de globalização. Ao fazer esta delimitação semântica evita-se incorrer em erros apontados por Castro (2013).

Fragmentar significa quebrar, partir em pedaçosⁱⁱ levando a ruptura, a separação. A fragmentação na perspectiva deste estudo é aquela pensada por Castro (2013, p. 43): “se dá como resultado de alguma forma de impacto não esperado, daí o sentido de reduzir a fragmentos, quebrar-se, ou seja, a fragmentação, de modo geral, desarticula e desorganiza”.

Definido nosso entendimento sobre a globalização e a fragmentação, parte-se agora ao movimento que produz a fragmentação e sua relação com a agricultura moderna e o território no Brasil. Santos (2003) afirma que:

Os territórios tendem a uma compartimentação generalizada, onde se associam e se chocam o movimento geral da sociedade planetária e o movimento particular de cada fração, regional ou local, da sociedade nacional. Esses movimentos são paralelos a um processo de fragmentação que rouba às coletividades o comando do seu destino, enquanto os novos atores também não dispõem de instrumentos de regulação que interessem à sociedade em seu conjunto. A agricultura moderna, cientifizada e mundializada, tal como a assistimos se desenvolver em países como o Brasil, constitui um exemplo dessa tendência e um dado essencial ao entendimento do que no país constituem a compartimentação e a fragmentação atuais do território”. Santos (2003, p. 80).

Conforme exposto na citação acima, a agricultura moderna é exemplo da imbricação globalização e fragmentação. E não foi diferente nos cerrados do Oeste da Bahia. Neste sentido, singular para esta pesquisa é o caso de Formosa do Rio Preto – Bahia, município situado nestes mesmos cerrados. Ali, campo e cidade são acometidos por processos de fragmentações resultantes da agricultura científica globalizada que domina parte do seu espaço agrícola.

Ao mesmo tempo que consolida-se um arranjo organizacional (SANTOS, 2006), baseado em uma agricultura moderna, criam-se desigualdades que resultam em processos de fragmentação no interior do município de Formosa do Rio Preto. Associando a escrita de Pereira (2006, p. 63), anteriormente citada, com o uso do território no espaço agrícola em Formosa do Rio Preto, pelos diversos agentes, observa-se que este território tem “um caráter fragmentário, visto que o espaço geográfico apresenta diferentes densidades materiais, de uso e valores também distintos”.

A AGRICULTURA CIENTÍFICA GLOBALIZADA EM FORMOSA DO RIO PRETO

A dimensão temporal é de grande relevância para os estudos do espaço geográfico. Santos (2008) lembra que a periodização da história é definida segundo uma organização e evolução coerente de uma variável ou um conjunto de variáveis. De forma semelhante, o espaço é o “resultado da geografização de um conjunto de variáveis, de sua interação localizada, e não dos efeitos de uma variável isolada” (SANTOS, 2008, p. 37). Como assinala esse autor, uma análise de sistemas que considere a dimensão temporal no estudo da estrutura espacial, por si só, é suficiente como objeto de estudo. Essa é a razão pela qual deve-se levar a adoção das estruturas espaciotemporais.

Tendo essa primazia a dimensão temporal, como levá-la em consideração na análise espacial? No trabalho *Globalização e Agricultura* (2003), ao realizar uma instigante análise sobre a Região de Ribeirão Preto, Elias (2003) utiliza com propriedade a obra de Milton Santos como seu principal referencial teórico. A autora cita que em *Espaço e Método* (2008) e *O Espaço Dividido* (1979 p. 23-27) o autor “chama a atenção para o fato de que devemos considerar as modernizações como o

único modo de levar em conta as implicações temporais da organização do espaço, especialmente no Terceiro Mundo”, afirma Elias (2003, p. 35-36). A resposta aquela pergunta está no estudo concreto da difusão das inovações no espaço geográfico. No caso dos países subdesenvolvido, esta abordagem espacial é de fundamental importância, conforme propõe Santos (2008) ao citar P. Gould (1969, p. 20) e P. Hagett (1970, p. 56). Santos (2008) demonstra que as modernizações e inovações aconteceram de maneira diferente entre os países desenvolvidos e os países subdesenvolvidos. No primeiro, as inovações já vêm há mais tempo e relativamente mais homogêneas nos seus espaços. Já nos países subdesenvolvidos, a modernização é mais recente e mais seletiva quanto a distribuição espacial, já que poucos foram os espaços privilegiados com as inovações, o que tornam os espaços subdesenvolvidos mais desiguais.

Nesta análise geográfica, tempo e espaço estão relacionados e intermediados pela técnica. Uma técnica enquanto fenômeno e como ponto de partida, e não como finalidade. Assim, a técnica se apresenta para a Geografia como um componente epistemológico do espaço. Torna-se possível e necessárias as periodizações a partir do espaço. Santos (2006) propõe, em *A Natureza do Espaço* (2006), uma periodização formada por três distintos períodos: 1. Período natural; 2. Período técnico e 3. O Período técnico-científico-informacional. Em cada um destes há uma manifestação espacial própria. No atual, marcado pela globalização, sua expressão geográfica é o meio técnico-científico-informacional. O espaço geográfico se faz atualmente num processo crescente de acumulação de técnica, de ciência e informação. Os estudos geográficos que em outros momentos detinham uma dominância na distinção dos lugares pelas qualidades naturais, agora devem levar o fenômeno técnico como dado importante nesta balança.

Esta capacidade de atuação e apropriação de poder mediante a incidência da modernização do espaço é pontuada por B. Kayser (1964, p. 334) apud Santos (2008, p. 49), para o qual o “ponto que recebe um feixe de inovações correspondente a uma modernização está em posição de influenciar aqueles que não a possuem”. O processo é tão mais intenso se as modernizações forem proveniente das variáveis principais do atual período, em nosso caso o técnico-científico-informacional. Como a modernização incide diferentemente no território, isso acaba por causar desequilíbrios regionais e especializações produtivas, em que os lugares mais privilegiados acabam por comandar os demais: “os pontos da área que acolheram as modernizações ou os seus mais

importantes efeitos são também os mais capazes de receber outras modernizações. Isto cria lugares privilegiados, com uma tendência polar” Santos (2008, p. 49).

A modernização sobre a produção agropecuária, ocorrida a partir da segunda metade do século XX, ficou conhecida como *revolução verde*. Porém não se realizou de forma homogênea sobre os distintos lugares. O que se viu nas regiões brasileiras foi uma manifestação desigual do meio técnico-científico-informacional. Enquanto que o Sul, Sudeste e parte do Centro-Oeste houve uma maior presença, e de certa forma contínua destes novos sistemas de objetos e ações, o restante do território recebeu incidências pontuais. Em linhas gerais, a modernização que ocorreu no espaço agrícola brasileiro foi seletiva, privilegiando determinadas culturas, principalmente as *commodities*, e beneficiou o capital agroindustrial. A revolução tecnológica alterou todo o modelo técnico, econômico e social da produção agropecuária, originando uma agricultura científica globalizada, Santos (2003).

Notáveis sistemas técnicos foram incorporados a atividade agrícola, como a incorporação de máquinas que se diversificam a cada nova necessidade, agregando mais tecnologia. Nota-se também a utilização de um verdadeiro arsenal de insumos químicos e biotecnológicos capazes de transformar solos antes desprezados pelos agricultores em bases de plantações antes inimagináveis. Com isso, relativiza a localização da produção, Elias (2006), acrescentando novas variáveis ao processo produtivo.

Estas inovações passam a estreitar consideravelmente os laços da agricultura com a indústria. Uma relação que ocorre tanto a montante quanto a jusante da produção agrícola, pois além desta consumir as máquinas e insumos, ela fornece matéria prima para aquela. Com isso, há uma certa regulação industrial e científica sobre a agropecuária.

A agricultura científica globalizada passa a conectar a produção do campo a diversos outros setores da economia com “processos frequentes de fusão com capitais dos setores industriais, comerciais e de serviços”, conforme aponta Elias (2006, p. 3). Em última instância, essa agricultura passa a ser gerida pela economia globalizada. A competitividade é a regra número um, atendendo as exigência após sua inserção numa economia de mercado, cujo objetivo é uma mais-valia mundial.

Por outro lado, a reestruturação produtiva da agropecuária foi e continua sendo condição de transformações em diversos aspectos da sociedade brasileira. A partir da década de 1980, Elias (2006, p. 2) cita profundos impactos sociais, territoriais e ambientais que culminaram na concentração da propriedade da terra, no processo de

oligopolização do setor agropecuário, nas transformações das relações sociais de produção, na fragmentação do espaço agrícola e no incremento da urbanização.

Analisando o campo no século XXI, Oliveira (2004) discorre sobre as diferentes correntes filosóficas do pensamento sobre a geografia agráriaⁱⁱⁱ. A concepção do autor é que o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção no território brasileiro é contraditório e combinado.

Seguindo este mesmo diapasão, Elias (2003, 2006) explica que a modernização acabou por atingir, seja de uma forma direta ou indireta, toda a agricultura do país. No entanto, longe de uma homogeneização do espaço agrário, o que se viu foram os lugares e regiões mais rentáveis para o capital agropecuário receberem as inovações tecnológicas, caracterizados pela forte presença do meio técnico-científico-informacional; já na outra ponta há aqueles espaços que seguem lógicas que aproximam de atividades tradicionais, que em realidades são mais dependentes das dinâmicas da natureza.

Pelos motivos citados acima, o presente estudo segue a classificação proposta por Elias (2006), em que a mesma defende a existência no país de uma dicotomia entre uma agricultura científica globalizada e uma agricultura tradicional. A autora, neste mesmo trabalho, prossegue sua análise, complementando que a organização do espaço agrícola brasileiro é pautada em duas lógicas distintas: uma conservadora e a outra modernizadora.

No Brasil, os cerrados consolidaram como a principal área do agronegócio. Responsável por isso foi a modernização sem precedentes ocorrida em sua agropecuária. Fruto de interesses externos a região, na medida em que sua produção objetivava atender as demandas dos centros urbanos espalhados pelo país e das exportações. Composto este espaço estão os cerrados baianos, cujo movimento modernizador ocorreu em fins da década de 1970 e início da década de 1980. É nesta região, onde está localizado o município Formosa do Rio Preto.

A atividade representativa deste novo uso do território foi a introdução de uma agricultura científica globalizada^{iv} (SANTOS, 2008) nos chapadões do município de Formosa do Rio Preto, transformando os cerrados na arena da produção global. Ou seja, um uso que rompe de forma brutal com as antigas práticas locais.

As origens, que remontam meados do século XIX, e os subsequentes usos do espaço neste município têm fortes ligações com a agropecuária. Até pouco tempo, mais

precisamente até a década de 1970, a atividade do campo em Formosa do Rio Preto utilizava técnicas artesanais e a energia corpórea do agricultor era fator determinante para a produção. Até esta época, poucas eram as máquinas agrícolas disponíveis. Pode-se dizer que o campo local vivia a época marcada pela hegemonia das ferramentas e não de máquinas. Basicamente, a produção era de uma agricultura de subsistência com pouca geração de excedente e uma pecuária extensiva.

Novos cenários começam a ser desenhados no município a partir da década de 1980 em virtude dos primeiros plantios de uma agricultura de base moderna. Em regra geral, são agricultores dos estados da região Sul do Brasil que introduzem os novos cultivos. Estes agricultores são atraídos pelo baixo valor das terras da região, se comparadas com as de São Paulo e da região Sul do Brasil. É uma imigração tanto espontânea como também organizada. Com relação a esta última, podemos citar o esforço do Estado brasileiro através de vários programas. Um deles é o PRODECER II, responsável por implantar, na década de 1980, dois importantes projetos de colonização no município de Formosa do Rio Preto: Projeto de Colonização Ouro Verde e Projeto de Colonização Brasil Central. O programa não se restringia aos projetos em si, mas acreditava no seu efeito demonstração, pois o anseio era que estes projetos tornassem núcleos para a instalação de novos produtores e polos de difusão de tecnologia para toda região^v.

Muito embora torna-se relevante analisar que não foi todo o espaço agrícola de Formosa do Rio Preto que acolheu uma agricultura modernizada. Uma de suas características foi a seleção de áreas propícias a utilização de uma intensa mecanização. Foram, portanto, as vastas chapadas (EMBRAPA, 2010 apud CASTRO, 2012) do município a arena da produção globalizada.

Por outro lado, as demais áreas agrícolas do município (vales) são relegadas as práticas tradicionais. Contudo, nenhuma área foge a reestruturação produtiva agrícola local, mesmo os espaços não utilizados ao plantio da agricultura científica, estes serão chamados a participar direta ou indiretamente de algum modo. Portanto, o caso de Formosa do Rio Preto é exemplar, onde a introdução de uma agricultura moderna não foi capaz de eliminar as práticas agrícolas tradicionais no interior do município.

O que Elias (2003 e 2006) afirmou para o conjunto do país, podemos remeter para o município em questão. Assim, como aponta a autora, a grosso modo, existem atualmente duas lógicas que orientam a atividade agrícola local: uma de base moderna e a outra com características tradicionais. Propomos, conforme Elias (2006, p. 9), a

existência de duas lógicas distintas sobre o espaço agrícola formosense: uma calcada na agricultura científica globalizada e outra na agricultura de cunho tradicional.

Dados obtidos pelo IBGE, em Produção Agrícola Municipal (PAM - 2012), em Formosa do Rio Preto, para o ano de 2012, revelam como está reestruturada a agricultura local. Estes valores colocam o município como a sexta maior renda agrícola do país, com R\$ 1.353.711,00. Mas tão impressionante quanto sua elevada produção é sua concentração em poucas culturas. Apenas três cultivos (soja, algodão e milho) representaram 98,4% de toda a produção agrícola do município no mesmo ano de 2012. Praticamente, estes 98,4 % foram obtidos pela agricultura moderna. Esta concentração é ainda maior se considerar os valores das culturas do sorgo, feijão e arroz que também são seus plantios.

Com tais dados, Formosa do Rio Preto responde pela quinta maior produção de soja do país, sendo 312.617 ha plantados com esta oleaginosa, atrás apenas dos municípios de Sorriso, Sapezal, Nova Mutum e Campo Novo do Parecis, todos localizados no estado do Mato Grosso, maior produtor de soja dentre os estados brasileiros. Quanto ao algodão herbáceo, Formosa do Rio Preto é o sexto maior produtor do país.

Por outro lado, a agricultura que chamamos de tradicional, atualmente tem no plantio da mandioca um dos principais produtos, se não o principal, conforme apontou as entrevistas realizadas. Mesmo sendo tão expoente para as famílias que a cultiva, seu peso no total da produção municipal é irrisório, aproximadamente 0,1 % (500 hectares) de tudo que se planta no município, conforme demonstrou a PAM - 2012.

A FORMAÇÃO DE UM ARRANJO ORGANIZACIONAL NOS CERRADOS BAIANOS COMO FATOR DE FRAGMENTAÇÃO EM FORMOSA DO RIO PRETO

As antigas solidariedades orgânicas que cimentavam tanto as relações sociais no interior do município como em toda região dos cerrados do Oeste da Bahia não mais são hegemônicas. O campo moderno do município de Formosa do Rio Preto está ligado e subjugado as tradings, principalmente Bunge e Cargill, e as demais multinacionais (Jonh Deer/Agrosul, New Holland/Jaragua, Case, Lavrobrás/AGCO – Your Agriculture

Company, Galvani, Corpa, ADM, Multigrain e Amaggi/Louis Dreyfus) e outras empresas do circuito superior do agronegócio globalizado e instituições localizadas em Luís Eduardo Magalhães e Barreiras. Agora, o que se hegemonizam são verticalidades baseadas em solidariedades organizacionais.

A organização do moderno espaço agrícola do município fica orientada pela demanda deste circuito superior do agronegócio globalizado, que não está localizado na cidade de Formosa do Rio Preto. É retirado do município o controle de parte de seu território, um processo de desarticulação. Em outras palavras, é imposta uma organização vinda de fora, comandada por estas empresas. O resultado é que todo o espaço agrícola moderno, distribuído sobre os municípios da região, está ligado sobre a mesma lógica, daí a formação de um arranjo organizacional sobre a antiga região. Por um lado, a nova ordem traz desordem a região, desfazendo as antigas solidariedades orgânicas. Esta desarticulação no Oeste da Bahia é também identificada e analisada por Clóvis C. M. dos Santos (2007).

Este arranjo organizacional resulta em novas propostas conceituais. Conforme apresentam alguns autores: Estudando a modernização dos cerrados brasileiros, Castillo (2011) recentemente propôs entender os arranjos formados nestes espaços através do conceito de *Região Competitiva e de Logística*. Para este autor, é o caso dos cerrados baianos; Pesquisando a modernização em três regiões agrícolas distintas do Nordeste brasileiro, dentre elas a que envolve a dos cerrados baianos (envolvendo Tocantins, Sul do Piauí e Maranhão), Elias (2011) propõe seus estudos a partir do conceito de *Regiões Produtivas Agrícolas* (RPAs).

Tanto Elias (2011) quanto Castillo (2011), ao realizar estes recentes estudos e propor estes conceitos, concordam que os arranjos organizacionais, traduzidos em seus respectivos estudos em *Regiões Produtivas Agrícolas* (RPAs) e *Região Competitiva e de Logística*, são produtores de fragmentação.

Castillo (2011) afirma que as *Região Competitiva e de Logística*:

É fator de fragmentação territorial (VAINER, 2007), na medida em que se isola de seu entorno imediato e recebe investimentos públicos e privados em detrimento das áreas adjacentes e do conjunto do território nacional, formando ilhas de competitividade (BACELAR, 200). Castillo (2011, p. 338).

Elias (2011) estudando o espaço agrícola moderno, desde o início da década de 1990, persistentemente denuncia a fragmentação promovida pelos arranjos

organizacionais. Como resultado dos novos estudos, dentre estes o que envolve os cerrados baianos, Elias (2011) explica que:

Entre os resultados da formação das RPAs, surge um aumento da dialética na organização do espaço brasileiro, denotando significativas fragmentações deste espaço, com permanentes processos de (re)estruturação urbana e regional. Dessa maneira, a reestruturação produtiva da agropecuária tem profundos impactos sobre os espaços agrícolas e urbanos não metropolitanos, ainda em processo acelerado de reorganização, compondo novos arranjos territoriais fortemente alicerçados no agronegócio globalizado. Elias (2011, p. 156).

A formação dos arranjos organizacionais é resultado do movimento de uma economia globalizada, baseada em interesses distantes das regiões produtoras, e sobre uma solidariedade organizacional. Com relação ao espaço agrário de Formosa do Rio Preto, este arranjo é produtor de fragmentações em sua sociedade e em seu território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto buscou apresentar a relação entre a globalização e a produção de fragmentação em espaço dominado por uma agricultura moderna. Priorizou as conceituações dos processos estudados bem como as relações que estes mantêm entre si. Ou seja, focou-se nos pressupostos teóricos do debate, apesar do texto ter apresentado alguns dados sobre a problemática no município de Formosa do Rio Preto – Bahia. Como bem observado no início do texto, este artigo tenta expor parte de nossa dissertação de mestrado. Desta forma, caso o leitor sinta instigado pelos resultados concretos da fragmentação no município estudado, convidamos a leitura da referida dissertação. No entanto, com os argumentos supracitados foi possível pontuar a relação entre globalização e fragmentação.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Aracelly dos Santos. **Evolução temporal do uso da terra no município de Formosa do Rio Preto – Bahia**. 2012. 39 f. Dissertação

(mestrado) – Universidade de Brasília (Departamento de geografia). Brasília, 2012.

CASTILLO, Ricardo A. Agricultura Globalizada e Logística nos cerrados brasileiros. In: SILVEIRA, Márcio Rogério Silveira (Org.). **Circulação, transportes e logística**. Outras Expressões, São Paulo, 2011.

CASTRO, Iná Elias de. Território do Estado: divisão ou fragmentação? Argumentos para um debate necessário. In: FONSECA, Antonio Angelo Martins da; PERTILE, Noeli; CALDAS, Alcides dos Santos; BRITO, Cristovão (Orgs.) **Estado, Território e a Dinâmica das Fronteiras**: reflexões e novos desafios. Salvador: JM Gráfica e Editora Ltda, 2013.

ELIAS, Denise. **Globalização e Agricultura**: A Região de Ribeirão Preto – SP. São Paulo: Edusp, 2003.

_____. Ensaio sobre os Espaços Agrícolas de Exclusão. **NERA** – Revista do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária - UNESP, Presidente Prudente, Ano 9, nº. 8, p. 29-51, Jan.-jun./2006.

_____. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **R.B. Estudos Urbanos e Regionais** V. 13, Nº 2, nov. 2011. Disponível em: <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/viewFile/400/376>
Acessado em: 16/03/2013.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino & MARQUES, Marta Inez Medeiros (orgs). **O campo no século XXI**: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004.

SANTOS, Clovis Caribé Menezes dos. **Oeste da Bahia**: modernização com (des)articulação econômica e social de uma região. 2007. 239 f. Tese Universidade Federal da Bahia - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Salvador, 2007.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. 3ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. O território sob o “Efeito Modernizador”: a face perversa do desenvolvimento. **Interações**. Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol. 8, Nº 13, p. 63-69, set. 2006. Campo Grande, MS.

SANTOS, Milton. Revelações do território globalizado. In: **Milton Santos o país distorcido**. São Paulo: Publifolha, 2002.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 10ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. **A natureza do espaço**: espaço e tempo - razão e emoção. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

_____. **Espaço e Método**. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. **A Urbanização Brasileira**. 5ª ed. 2ª reimpressão, São Paulo: Edusp, 2009.

SOUZA, Maria Adélia A. Geografia da desigualdade: globalização e fragmentação. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A.; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). **Território**: globalização e fragmentação. 5ª ed., São Paulo: Hucitec, ANPUR, 2002.

ⁱ “A geografia brasileira foi, certamente, a primeira a se aperceber da relação entre essa grande mudança histórica – a globalização – e a necessidade profunda de se atribuírem novos fundamentos filosóficos e epistemológicos.” Santos (2002 p. 100). Ao longo do texto será exposta nossa concepção sobre a globalização.

ⁱⁱ De acordo com o *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, FERRIERA (1986), fragmentar é “reduzir a fragmentos, partir em pedaços; dividir, fracionar. P. 2. Fazer-se em fragmentos; quebrar-se”.

ⁱⁱⁱ Depois de demonstrar os trabalhos positivistas e historicistas, Oliveira (2004) cita a existência de três vertentes nos estudos marxistas da agricultura brasileira: A primeira remete aos estudos que baseavam na existência do feudalismo ou relações semifeudais no campo brasileiro, como os estudos de Alberto Passo Guimarães e Inácio Rangel; Já a segunda “vertente entende que o campo brasileiro já se desenvolvendo do ponto de vista capitalista, e que os camponeses inevitavelmente irão desaparecer, pois eles seriam uma espécie de ‘resíduo’ social que o progresso capitalista extinguiria” (OLIVEIRA, 2004, p. 34), entre os estudiosos estão Karl Kautsky, Caio Prado Jr. e José Graziano da Silva; por fim, a concepção que Ariovaldo se filia, na qual o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção no território brasileiro é contraditório e combinado. Para Oliveira (2004) Rosa Luxemburgo, José de Souza Martins e Samir Amir são outros que também compartilham da mesma análise.

^{iv} Atividade que se baseia na incorporação de ciência, tecnologia e informação.

^v Conforme trecho retirado de carta dos colonos da COACERAL ao governador do Estado da Bahia em 17 de agosto de 1992: “Através do efeito multiplicador, estes Projetos tornaram-se núcleos para a instalação de novos produtores, bem como, tornaram-se polos de difusão de tecnologia para toda região, cumprindo com os objetivos do programa”.